

al.
J. Cabrita
R



CIMLT
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Órgão: Assembleia Intermunicipal da CIMLT

ATA N.º 2

18 de Dezembro de 2013

Assunto: Sessão Ordinária

Início da sessão: 21h00 horas

Términus da sessão: 00h00 horas

Presidente da Mesa: Francisco Madelino
Vice-Presidente da Mesa: José Luís Cabrita
Secretário da Mesa: Ramiro Matos



-----ATA N.º 2-----

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto nos termos da alínea a) do artigo 86.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo quando eram vinte horas e trinta e trinta minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: José Francisco Correia Afonso Marouço, Gustavo Gaudêncio da Costa, João Miguel Gonçalves Lopes, José Manuel Coutinho Lopes, Fernando Rodrigues Louro, Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho (em substituição de Ana Margarida Vences Rosa do Céu), José Luís Marques dos Santos, Vera Lúcia Bráz dos Santos, António José Fonseca Nobre, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Manuel Luís Gutierrez de Matos (em substituição de António José Ganhão), Carlos Orlando Mendes Pauleta, Pedro Nuno Simões Pereira, Nuno Manuel David Ganhão Vieira, Augusto Gonçalves Parreira (em substituição de Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre), José Roque Gameiro dos Santos, Jorge Luciano Gonçalves Nogueira, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Artur Fernando Salgado, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Ana Teresa de Sousa David, Valter Peseiro Jerónimo, Pedro Miguel dos Santos Queimado, Victor Manuel Borges da Costa, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Côrrea, Francisco Caneira Madelino, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Ana Elvira Lucas Calado Batista, Jorge Manuel Costa Santos da Silva, Ramiro José Jerónimo Matos, Paulo Tiago Rodrigues Santos, Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto, Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça, José Luís Marques Cabrita e Maria Manuel Cardoso Vieira dos Santos.-----

--- Faltaram à sessão Ana Margarida Vences Rosa do Céu (apresentou justificação), António José Ganhão (apresentou justificação), Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre (apresentou justificação), Délio Modesto Pereira, Fernando Manuel Amaro Pratas. A lista de presenças, as justificações e substituições dos Senhores Deputados constam de documentos anexos à presente ata.-----



--- Ordem de Trabalhos:-----

-- Período antes da Ordem do Dia.-----

- Ordem do Dia:-----

1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal;-----

2. Apreciação e votação de propostas de Estatutos da CIMLT;-----

3. Apreciação de análise sumária e Demonstrações Financeiras intercalares reportadas ao final do primeiro semestre de dois mil e treze e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas;-----

- 4. Apreciação e votação de proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e catorze;-----

-- 5. Apreciação e votação de proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista em Grandes Opções do Plano de dois mil e catorze/dois mil e dezasseis;-----

-- 6. Eleição do Secretário Executivo Municipal.-----

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- Usou da palavra o Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, mencionando que as pessoas que não tomaram posse na última Assembleia, nomeadamente, o Senhor António José Ganhão (CDU), o Senhor João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira (PS), a Senhora Ana Elvira Lucas Calado Batista (PS) e o Senhor Valter Peseiro Jerónimo (CDU) vão fazê-lo hoje. A ausência do Senhor António José Ganhão (CDU), nesta Assembleia Intermunicipal, deve-se ao falecimento dum irmão. Quanto ao Senhor João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira (PS), a Senhora Ana Elvira Lucas Calado Batista (PS) e o Senhor Valter Peseiro Jerónimo (CDU), tendo sido verificado a identidade e a legitimidade dos eleitos presentes tomaram posse. Vai ser feita uma adenda para juntar à ata anterior dando conhecimento destes atos.

--- Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, dando início ao Período Antes da Ordem do Dia. Começou por pedir as inscrições para este período. Após as inscrições o Senhor Presidente passou a palavra ao **Senhor Pedro Nuno Simões Pereira (PS)** que começou por cumprimentar os presentes dizendo que tem uma proposta para o Plano de Formação da CIMLT para o ano de dois mil e catorze. Diz que *"Analisai o plano de formação e verifico que as ações de formação incidem maioritariamente sobre temas relacionados com o desenvolvimento infantil, da crianças, pelo que considero que o plano de formação deverá ser reajustado e reformulado, por forma a ser mais abrangente e englobar outras áreas importantes. Tive o cuidado de analisar o plano de formação do INA antigo Instituto Nacional de*



Handwritten signature in red ink.

Administração, atual Direção da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, ponderei sobre as necessidades dos serviços públicos dos municípios e decidi apresentar uma proposta que incluía mais ações de formação, as quais podem substituir algumas das que estão previstas no âmbito do desenvolvimento infantil ou poderão caso haja condições financeiras e logísticas, serem acrescentadas às existentes. -----

Passo então a citar as ações de formação que considero importantes incluir no plano de formação para o ano de dois mil e catorze:-----

Gestão de Pessoas;-----

Gestão Organizacional;-----

Gestão e Motivação de Equipas;-----

Desenvolvimento Pessoal;-----

Planeamento e Ordenamento do Território;-----

Contabilidade e Finanças;-----

Noções/Princípios de Direito Administrativo -----

-----No fundo a proposta acrescenta ações de formação nas áreas dos recursos humanos, jurídica, planeamento e finanças. Penso que são áreas vitais no funcionamento dos serviços públicos e que irão contribuir para a melhoria do serviço público prestado. -----

-----Para terminar deixo algumas questões: -----

-----Qual é o número limite de formandos por ação de formação? -----

-----Como é feita a gestão das pessoas interessadas das várias Câmaras Municipais? Existe para cada ação um número igual de pessoas por município? -----

Estas questões são colocadas por detetar que existe um défice de formação em algumas autarquias e que o número de ações não tem sido suficiente e não responde ao número de pessoas interessadas. ----

-----Interrogo-me sobre as responsabilidades desse défice, ou seja, se será da responsabilidade da CIMLT ou das respetivas autarquias? Ou de ambas as entidades?-----

-----Usou da palavra o Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, referindo que estas questões fariam sentido no ponto quatro. -----

-----Usou da palavra a Senhora Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS), que referiu que tem para apresentar uma Moção sobre "O encerramento ou alegado encerramento do serviço de finanças" que passou a ler: "Considerando, as repetidas notícias que informalmente chegam através da comunicação social e as declarações públicas do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, está alegadamente previsto o encerramento de diversos serviços de repartições de Finanças no país e nove no Distrito de Santarém. -----



af.
CH
4

-----Considerando que, esta política de encerramento de serviços públicos, de forma discricionária, sem qualquer planeamento, ou estudo sério e rigoroso sobre o impacto nas populações locais, que coloca em causa uma das mais elementares funções do Estado - a defesa do interesse público e coesão dos territórios. -----

-----Considerando que, no leque está a repartição de finanças de Coruche e os eleitos do Partido Socialista, na Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo manifestam: -----

-----Total repúdio da efectivação desta "alegada notícia" a confirmar-se definitiva e que tal representa a perda de um importante serviço de proximidade da população com o Estado; -----

-----Recordamos que, o concelho de Coruche é um concelho de grande dimensão com mil cento e catorze quilómetros quadrados, com um povoamento disperso, elevado índice de envelhecimento, reduzida mobilidade da população idosa devido à reduzida cobertura do concelho por transportes coletivos e aos horários dos existentes. -----

-----É pois importante referir que concelhos como Santarém, Benavente ou até Almeirim, ficam a quarenta e três quilómetros, trinta e um quilómetros ou trinta e dois quilómetros respectivamente do Concelho de Coruche. Porém para munícipes que residem por exemplo na Freguesia do Couço esses setenta quilómetros, cinquenta e sete quilómetros e cinquenta e dois quilómetros respectivamente. ----

-----Logo só quem se fecha nos gabinetes de Lisboa e não conhece o terreno comete ou pensa cometer estas atrocidades a que chamam reformas! -----

-----Considerando ainda que, existe um nexa de causalidade entre a perda de serviços públicos e o isolamento da população. -----

-----Considerando que, não são conhecidos critérios para efectivar uma reforma desta natureza, bem como em outras reformas a ausência de critérios se revelou penalizador para as populações, como recentemente aconteceu com a Reforma Administrativa que se traduziu numa extinção de freguesias sem se avaliar os prejuízos para as populações. -----

-----Considerando que, extinguir serviços públicos em concelhos com características rurais como a segurança social, as extensões de saúde, de CTT, ou limitar a política educativa interrompendo a pujança de investimentos no parque escolar moderno e inovador sempre que as cartas educativas o justifiquem são erros crassos e que se reflectem no despovoamento do interior e no isolamento das populações com menos mobilidade e mais envelhecida, bem como não se tornam concelhos atractivos para fixar os jovens e as famílias! (ninguém quer percorrer cerca de quarenta quilómetros para tratar de um processo fiscal por exemplo); -----

-----Deste modo, a Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida a dez de dezembro de dois mil e treze, delibera: -----



el.
[Handwritten signature]

-----Manifestar solidariamente a sua oposição ao encerramento dos serviços de Finanças Distrito de Santarém (conforme alegada proposta) -----

-----Remeta-se: -----

-----Gabinete do Sr. Presidente da República; -----

-----Gabinete do Sr. Primeiro Ministro; -----

-----Gabinete da Sra. Ministra das Finanças; -----

-----Gabinete da Sra. Presidente da Assembleia da República; -----

-----Aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República; -----

-----À Assembleia Municipal de Coruche e restantes Assembleias Municipais aqui representadas; -----

-----À Delegação Regional de Finanças de Santarém; -----

-----À Comunicação Social local, regional e nacional." -----

---Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, pedindo as inscrições para esta Moção. Feitas as inscrições usou da palavra o **Senhor ??????????????**, que pediu à mesa cópia dessa mesma Moção uma vez que existem um conjunto de questões que são colocadas. Gostava ainda de referir algo que me parece importante nesta altura. Eu recorde-me que poucos dias ou uma semana antes das eleições Autárquicas de vinte e nove de setembro começou a circular informação sem qualquer confirmação por parte de nenhuma entidade oficial sobre uma suposta, alegada, hipotética, listagem de serviços de finanças que estariam para encerrar. O que é certo, que eu conheço até à data de hoje é que não há listagem nenhuma oficial, não há nada que até à data nos possa dizer claramente se existem ou não serviços de finanças do nosso distrito que encerrarão. Portanto, parece-me que desde vinte e nove ou desde a semana que antecedeu as eleições autárquicas que andamos aqui, alguns de nós, não eu em particular, a falar sobre esta questão tendo por base um conjunto de especulações que foram colocadas a correr em alguns órgãos de comunicação social. Muito obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor José Roque Gameiro dos Santos (Movimento PV-MPC)** diz que a sua intervenção tem a ver essencialmente com o conteúdo da Moção e uma vez que vai ser distribuída se calhar já não se justifica a minha intervenção uma vez que ia pedir à mesa se possível lê-se se no início fala no repúdio da notícia mas como vai ser distribuída esse esclarecimento vai ser por mim interpretado. -----

-----Usou da palavra o senhor **Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, cumprimentou todos os presentes. A questão que lhe é suscitada por esta Moção prende-se com o fato de a certa altura referiu o Partido Socialista e por aí fora. É evidente que esse parágrafo deve ser reformulado porque senão estamos aqui a votar uma coisa que é a opinião de uma das partes desta Assembleia. É evidente

cel.
P#

que relativamente ao conteúdo da Moção estamos de acordo. Não poderíamos estar de acordo com o encerramento de serviços de finanças porque quem é mais afetado são as populações e aqueles que nem conseguem fazer as coisas de casa, nomeadamente, os mais idosos, aqueles que não têm acesso aos serviços da net. As empresas já fazem as coisas a partir de casa, muitas pessoas da população também o fazem mas há uma parcela da população com grandes dificuldades em o fazer e têm de se deslocar. São mesmo aqueles que têm mais dificuldades, menos recursos que seriam obrigados a deslocações e algumas tinham de ser feitas de táxi porque não têm outros meios à sua disposição.

Muito obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor António José Fonseca Nobre (CDU)** tendo ouvido aqui a Moção apresentada pelo PS apenas me sugere alguns reparos nomeadamente, refere-se apenas ao distrito de Santarém e eu como sou eleito pela Assembleia Municipal da Azambuja, não integro o distrito de Santarém, mas também é afetada por este projeto de encerramento de serviços de finanças. Aproveito para dizer que, de certa forma, ainda bem que o PS mudou de opinião porque em outras ocasiões não foi esta também a sua orientação. Devo dizer que realmente relativamente ao conhecimento desta matéria ela já é antecedente às próprias eleições autárquicas. Circulava uma lista dos serviços de finanças a serem encerrados que curiosamente era proveniente da própria Administração Fiscal ou da Administração Tributária como agora se costuma dizer. Portanto, não é um assunto desconhecido nem é clandestino, é mesmo oficial e como tal merece obviamente o repúdio. Espero que a Assembleia também se pronuncie sobre isto. Esta matéria interessa muito e em particular às populações que não têm obviamente os acessos, como aqui já foi referido, tratar os assuntos à distância. -----

--Usou da palavra o **Senhor Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)** dizendo que no terceiro parágrafo diz que "*Considerando que, no leque está a repartição de finanças de Coruche e os eleitos do Partido Socialista, na Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo manifestam:*" deve ser reformulado porque se fosse colocada assim a Moção não era preciso ser votada. Era uma declaração do Partido Socialista, não é. Por isso, eu solicito que fosse reformulada para, naturalmente, a Assembleia Intermunicipal manifeste ou de outra forma. É tudo.

-----Usou da palavra o **Senhor Jorge Luciano Gonçalves Nogueira (PSD)** eu bem sei que nesta Assembleia todos e em qualquer Assembleia vimos sempre de algum lugar. Aqui representamos, tendo nós sido eleitos nas várias Assembleias Municipais, estamos aqui hoje, também, para representar aquilo que é a Comunidade Intermunicipal. Eu bem percebo que haja um conjunto e Moções que possam ser representadas e que tenham um âmbito muito local e não há nada contra porque podemos assim proceder caso entendamos mas também penso que este órgão tem de ter, do



el.
[Handwritten signature]
R

meu ponto de vista, uma visão muito mais global sobre o nosso território. Por isso, acho que esta Moção é, do meu ponto de vista, muito limitada naquilo que é a sua ação diz respeito a um território em concreto sendo que, volto a frisar, do ponto de vista oficial eu não conheço listagem nenhuma ainda que confie e acredito nos Serviços Tributários do nosso país não consigo, até à data, perceber se a listagem que foi posta a circular é oficial ou não. Por mais competência que eu atribuo aos serviços tributários. Portanto estamos aqui perante uma Moção que do meu ponto de vista nós podemos torna-la mais abrangente sendo que, neste momento, tendo em conta, tudo o que estamos a viver neste nosso país é necessário olhar para um conjunto de competências e atribuições que o Estado tem de forma a tentar racionalizar alguns destes serviços sempre tendo em conta que à aqui um bem que, do meu ponto de vista, está a sempre em primeiro lugar que é a defesa dos interesses das populações. Muito obrigado.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)** só para dar duas notas muito breves. A informação que nos foi trazida por esta Moção decorre de declarações de um Sindicato que resultam da análise de um documento que dá pelo nome de Plano de Redução e Melhoria da Administração Central mais conhecido por todos nós como PREMAC. É de lá que resulta este número de redução que, aliás, no nosso distrito, engloba mais uns quantos encerramentos que é em Alpiarça, Chamusca, Constância, Coruche, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Rio Maior e Sardoal. Com declarações de vários Secretário de Estado e do Governo a garantirem que a haver encerramentos eles iriam ser substituídos por postos de atendimento. Há inúmeras declarações de vários governantes e da Administração Tributária sobre este PREMAC e por isso estranhámos que seja invocado o discurso de desconhecimento ou seja invocado as eleições Autárquicas para o lançamento destas notícias. O Partido Socialista, como é óbvio, não quer trazer a discussão das questões locais para a Assembleia Intermunicipais mas os eleitos de Coruche quiseram fazer sentir esta dificuldade que eles têm em concreto no concelho deles. Eu só pedia que nós pudéssemos estender este nosso protesto, este nosso desagrado com estes encerramentos de todos os outros serviços de finanças que estão na área de abrangência da Comunidade Intermunicipal. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, dizendo que a discussão já vai longa e que propunha a votação da Moção. Questiona a preponente se tem alguma proposta para alterar o terceiro parágrafo que é dito que os *"... os eleitos do Partido Socialista, na Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo manifestam:..."*. Já foi feita aqui uma proposta pelo membro da CDU no sentido de ser aceite a alteração do terceiro parágrafo. -----

-----Usou da palavra a **Senhora Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS)**, dizendo que na parte final da Moção

al.
P
P

que é efetivamente a deliberação não refere que é unicamente e exclusivamente o Partido Socialista, não. Refere que é a Assembleia Intermunicipal portanto a proposta de deliberação no final diz efetivamente a Assembleia Intermunicipal. Obviamente no teor, no contexto da Moção é no sentido de ter sido apresentada pelo Partido Socialista. Quem tem a Moção no seu poder resultará da aprovação uma deliberação no todo da Assembleia Intermunicipal e não só de uma parte ou por maioria passará a ser toda a Assembleia Intermunicipal. Também dizer que nessa parte em que está referido o repúdio ou a recusa do encerramento de Serviços de Finanças não se refere exclusivamente ao concelho de Coruche, como é lógico, mas a toda a área abrangida pela Assembleia intermunicipal. Penso que está implícito na proposta de deliberação. O que eu acho, acolhendo as várias sugestões nessa parte final que é efetivamente a deliberação é referir concelho por concelho em relação àqueles que estão referidos na tal listagem seguindo a sugestão que foi apresentada. Assim é aceite a sugestão feita pelo Senhor o Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU). -----

-----Usou da palavra o **Senhor José Roque Gameiro dos Santos (Movimento PV-MPC)** perguntando à preponente desta Moção se também considera a parte deliberativa mais abrangente uma vez que esta Comissão Intermunicipal compreende não só o distrito de Santarém mas também mais distritos. Portanto, em vez de se limitar ao distrito de Santarém seria possível alterar a Moção para uma deliberação mais abrangente. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, dizendo que se passe à votação da Moção "O encerramento ou alegado encerramento do serviço de finanças", ficando "Considerando, as repetidas notícias que informalmente chegam através da comunicação social e as declarações públicas do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, está alegadamente previsto o encerramento de diversos serviços de repartições de Finanças no país e nove no Distrito de Santarém. Considerando que, esta política de encerramento de serviços públicos, de forma discricionária, sem qualquer planeamento, ou estudo sério e rigoroso sobre o impacto nas populações locais, que coloca em causa uma das mais elementares funções do Estado - a defesa do interesse público e coesão dos territórios. Considerando que, na **área abrangida pela CIMLT e do País**, esta Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo manifestam: Total repúdio da efectivação desta "alegada notícia" a confirmar-se definitiva e que tal representa a perda de um importante serviço de proximidade da população com o Estado; Recordamos que, o concelho de Coruche é um concelho de grande dimensão com mil cento e catorze quilómetros quadrados, com um povoamento disperso, elevado índice de envelhecimento, reduzida mobilidade da população idosa devido à reduzida cobertura do concelho por transportes coletivos e aos horários dos existentes. É pois importante referir que concelhos como Santarém, Benavente ou até Almeirim, ficam



el.
[Handwritten signature]

a quarenta e três quilómetros, trinta e um quilómetros ou trinta e dois quilómetros, respectivamente do Concelho de Coruche. Porém para munícipes que residem por exemplo na Freguesia do Couço esses setenta quilómetros, cinquenta e sete quilómetros e cinquenta e dois quilómetros respectivamente. Logo só quem se fecha nos gabinetes de Lisboa e não conhece o terreno comete ou pensa cometer estas atrocidades a que chamam reformas! Considerando ainda que, existe um nexo de causalidade entre a perda de serviços públicos e o isolamento da população. Considerando que, não são conhecidos critérios para efectivar uma reforma desta natureza, bem como em outras reformas a ausência de critérios se revelou penalizador para as populações, como recentemente aconteceu com a Reforma Administrativa que se traduziu numa extinção de freguesias sem se avaliar os prejuízos para as populações. Considerando que, extinguir serviços públicos em concelhos com características rurais como a segurança social, as extensões de saúde, de CTT, ou limitar a política educativa interrompendo a pujança de investimentos no parque escolar moderno e inovador sempre que as cartas educativas o justifiquem são erros crassos e que se reflectem no despovoamento do interior e no isolamento das populações com menos mobilidade e mais envelhecida, bem como não se tornam concelhos atractivos para fixar os jovens e as famílias! (ninguém quer percorrer cerca de 40km para tratar de um processo fiscal por exemplo); Deste modo, a Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida a dezoito de dezembro de dois mil e treze, delibera : - Manifestar solidariamente a sua oposição ao encerramento dos serviços de Finanças quer no Distrito de Santarém (conforme alegada proposta), **quer no âmbito da CIMLT, quer do País.** Remeta-se: - Gabinete do Sr. Presidente da República; - Gabinete do Sr. Primeiro Ministro; - Gabinete da Sra. Ministra das Finanças; - Gabinete da Sra. Presidente da Assembleia da República; - Aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República; - À Assembleia Municipal de Coruche e restantes Assembleias Municipais aqui representadas; - À Delegação Regional de Finanças de Santarém; - À Comunicação Social local, regional e nacional.” -----
-----Usou da palavra o **Senhor Jorge Luciano Gonçalves Nogueira (PSD)**, uma vez que a proponente aceitou um conjunto de alterações á Moção, eu também queria fazer uma proposta no sentido de melhoramento. -----
-----Passando de lado os considerandos e tendo em conta aquilo que é verdadeiramente que vai ser aprovado e que vai ser votado nesta Assembleia eu gostava, se a proponente assim o entendesse e a aceitasse, que a proposta devia ser de não deixarem existir serviços de proximidade tendo em conta que esta, do nosso ponto de vista, é a questão central em toda esta nossa questão sendo que recordando já não para integrar a mesma proposta mas recordando aqui sempre aquela questão que nós por mais anos se calhar que vivamos vamos sempre recordar que foi aquilo que neste momento a assistência que nós necessitámos em dois mil e onze e aquilo que foi o compromisso assumido pelo



W.
P.
P.

Partido Socialista então no sentido de estabelecer um conjunto de regras, um conjunto de alterações a toda esta questão central que tem a ver com a atuação da nossa administração, em que, estava bem claro, que naquilo que era um dos tópicos sobre a reorganização dos serviços de finanças que a proposta apresentada então era de redução de vinte por cento. Tendo em conta isto era o nosso patamar de partida em relação a este olhar sobre a administração sobre o estado acho que hoje estarmos a discutir de uma forma participada tendo em conta que estamos a tentar defender de alguma forma o máximo os interesses das populações, sendo que todos nós hoje temos consciência que o Estado que tínhamos em dois mil e dez não há possibilidade de termos o mesmo Estado em dois mil e catorze. Acho que nós andamos bem se formos ouvindo os autarcas, as populações e tendo em conta que e volto a dizer que não vamos ter o mesmo Estado que tínhamos em dois mil e dez. Muito obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, dizendo que pretende apenas fazer uma síntese da Moção aqui apresentada. Eu acho que há uma hipótese mas não a hipótese de consenso relativamente a esta proposta. Se eu bem percebi. A proposta, se eu bem percebi, era que no último ponto houvesse uma afirmação independente das outras que estão consideradas de manifestar solidariamente a sua oposição ao encerramento de serviços, conforme está escrito, finanças, caso isso possa significar a extinção de serviços de proximidade. Eu percebo o que está a ser dito pelo representante do PSD a questão é se há serviços de proximidade ou não para não extravasarmos para a questão do Programa de Assistência Financeira. Quem faz a proposta aceita que isso seja posto ou não. Basicamente é essa a questão. -----

-----Usou da palavra a **Senhora Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS)**, obviamente que todas as propostas são bem recebidas, eu acho que resultaria uma força maior desta Assembleia Intermunicipal se houvesse uma aprovação por unanimidade, esses consensos. Todavia, aquilo que na nossa perspetiva levou a trazermos esta Moção é um claro repúdio de todo e qualquer extinção de serviços de finanças nesta área que é de fato a área da CIMLT e do País. Não consideramos que hajam outros serviços que possam substituir aqueles serviços de finanças que efetivamente hoje existem nestes territórios. Portanto, tomamos como bom grado a proposta feita pelo PSD todavia não consideramos que vá de encontro com aquilo que foi o nosso objetivo que foi ao trazermos esta Moção. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)** quer registar só que a redução de vinte por cento que foi aqui anunciada reflete-se nos concelhos da CIMLT numa redução de serviços finanças de mais de cinquenta por cento e só para contrariar os tais vinte por cento que foram aqui



el.
[Handwritten signature]

referidos, referir este encerramento de mais de cinquenta por cento dos serviços de finanças na área desta Comunidade.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Jorge Luciano Gonçalves Nogueira (PSD)**, agradecendo a tolerância que o Senhor Presidente de Mesa está a ter. Há aqui uma questão que infelizmente tem de rebater. Tem a ver com os vinte por cento como é óbvio, o que estava estabelecido, eram anuais, ou seja, para atingirmos durante todo o Programa de Assistência um máximo de quarenta por cento. Eram vinte por cento durante os dois anos de programa. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, colocando à votação a proposta da Moção. A Moção "*O encerramento ou alegado encerramento do serviço de finanças*", foi APROVADA POR MAIORIA, com a seguinte votação: -----

-----VOTOS A FAVOR: 28; -----

-----VOTOS CONTRA: 10; -----

-----ABSTENÇÕES: 0. -----

-----Usou da palavra a **Senhora Maria Gabriela Pinhão Coutinho (Movimento todos por Alpiarça, apoiada pelo PSD)**, dizendo que a declaração de voto que quer fazer é sobre esta Moção e o meu voto contra esta aprovação. Eu achei que seria muito mais democrático, eu estou aqui pela democracia, se a proposta que foi apresentada pelo Senhor Presidente Francisco Caneira Madelino tivesse sido aceite. Isto é, que a proposta englobasse a opinião do PSD e não só esta proposta que o PS quer fazer passar numa atitude simplesmente política. É tudo. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, que agradece a declaração de voto mas faria apenas uma clarificação. A Moção não era proposta por mim. A Moção foi aceite por mim e proposta pela Senhora Mara. Não fui eu. A proposta alternativa formulou as propostas de alteração que foram feitas aqui eu tentei traduzir as alterações. Não é uma proposta minha. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Jorge Luciano Gonçalves Nogueira (PSD)**, que gostaria de informar a mesa que farão chegar a declaração de voto por escrito oportunamente. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, dando início ao Período da Ordem do Dia. Ponto 1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal. **Passou a palavra ao Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, que disse

el.
14

que o documento tinha sido distribuído e caso houvesse dúvidas ou alguma questão a colocar podiam fazer o favor. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, mencionando que estavam abertas as inscrições relativamente ao ponto um, **Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal**. -----

-----Após terem sido feitas as inscrições para o uso da palavra junto da Mesa da Assembleia Intermunicipal, usou da palavra o **Senhor António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, relativamente a este ponto e à leitura que fiz dos respetivos documentos verifiquei que a reunião tida a seis de dezembro com a entidade de Turismo do Alentejo, se não me engano, ou com a CCR aonde pretendiam articular o programa turístico, etc. Face a isso, fui consultar o site "visite o ribatejo" depreendi do que li da documentação, que é relativamente recente, está praticamente vazio, tem uma fotografia, tem pouquíssima, pouquíssima informação embora assumo que tenha sido publicado muito recentemente. Não obstante fui procurar, uma vez que estamos a falar da região de Turismo aonde estamos inseridos que é a do Alentejo, aos sites relacionados com o Turismo do Alentejo. De fato encontrei imensas coisas. Por todo o lado mas no dito tradicional Alentejo. A título de exemplo, é possível pesquisar hotéis. Coloquei no site Santarém, e segundo o site, não há um único hotel. Face a isso, a questão que coloco, é que atendendo ao exposto e atendendo ao programa territorial integrado, à delimitação das áreas de vocação turística que está em curso como é que nós nos integramos verdadeiramente nessa Região Turismo do Alentejo ou não porque temos o Visite o Ribatejo, parece que eventualmente dá ideia que é um projeto que está a arrancar não sabemos se vai arrancar ou não ou se vai haver dois Alentejos, bem que um é o antigo Ribatejo, ou seja, à aqui uma marca, uma noção que não me parece que seja de todo ainda transpareça pelo menos uma política coerente, turística e, com o risco de, obviamente, sermos absorvidos totalmente pelo Alentejo. -----

-----Um segundo ponto, verifiquei que o Plano Municipal de Segurança Rodoviária, anunciava que estava concluído e que em breve seria publicado o mapa, que me parece extremamente interessante o estudo que foi feito e o plano que foi elaborado, atendendo que a taxa de execução do plano vai em oitenta e nove por cento, depreendo que salvo alguma situação pontual que haja os onze por cento que faltam não se prendem com a publicação dos dados. Perguntava e gostaria que, como qualquer projeto tem datas previstas, em vez de colocada "em breve" que seja colocada a data prevista. Como é óbvio. A data prevista não tem obrigatoriamente que ser cumprida mas indica que, se há um projeto há um cronograma, um cronograma tem datas e então essas datas nós colocamos lá, de previsionais, obviamente. -----

CP.
[Handwritten signature]
M

-----Terceiro ponto, relativamente à Central de Compras, à atividade desenvolvida, verifico que realmente se tentaram fazer economias de escala, nomeadamente, ao nível das refeições escolares, energia elétrica, transportes escolares e ocasionais. Coloco duas situações, que a meu ver são pertinentes. Estando nós provenientes, cada um do seu concelho, mas juntos formemos uma Comunidade proponho à Comunidade Intermunicipal que leve em atenção que de alguma forma sairá sempre beneficiada se levar com critérios de escolha também e não só, como é óbvio, mas também fornecedores residentes na região porque todos os impostos e desenvolvimento ficam na região, caso contrário, há uma exportação de recursos. E também a cuidados específicos, cada um na sua área mas como nós temos, por exemplo a negociação para transportes escolares e ocasionais, isto nomeadamente os transportes escolares coloca-se aqui a situação que é preciso ter cuidado que quando negociamos passamos a uma negociação por quilómetro e cai por baixo os tarifários legais que existem de meio bilhete e viagem de ida/volta, que é mais barata que duas viagens, pelo que por vezes pode cair no erro que para ser mais quilometricamente, mas à tarifários de grupo que tornam muito mais barato, ou seja, pode-se verificar que haja uma economia mas ao quilómetro mas que na realidade não há. É um bocado rocambolesco, estranho mas eu tenho experiência própria. A Central de Compras tem de ter cuidado porque em alguns campos no nosso país não há suficiente concorrência, a questão de agregar serviços pré contratados, pré negociados à disponibilidade dos diferentes Municípios ainda empola a problemática de falta de concorrência. Estou a falar de fornecimentos de eletricidade, telecomunicações, transportes rodoviários e por aí adiante, a título de exemplo. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)** que a questão que coloco é simples, concreta, tem a ver com este capítulo da Central de Compras. A certa altura remete para o futuro, para próximos procedimentos a lançar, um deles prende-se com a recolha dos resíduos sólidos/urbanos. Não sei se é possível adiantar o que é que está na intenção do Concelho Executivo, certamente, quando se pensa na recolha de resíduos sólidos/urbanos. Agradecia se houvesse mais alguma informação sobre esta matéria. -----

-----Usou da palavra o **Senhor José Francisco Correia Afonso Marouço (PS)** dizendo que gostaria de enaltecer o assunto que já aqui foi chamado pelos dois intervenientes anteriores mas que eu julgo que merece ser realçado que é o papel da Central de Compras Eletrónicas nas atividades das CIMLT. Efetivamente em tempo de apertos de cinto é extremamente gratificante verificar que existem atividades nesta Comunidade que geram poupanças significativas, neste caso particular, envolveram verbas na ordem dos nove milhões e quatrocentos e dezoito mil euros, é dinheiro e efetivamente todos os Municípios que constituem e fazem parte desta Comunidade tiveram alguma coisa a ver com



al.
[Handwritten signature]

isto.-----

-----Julgo que este é um bom exemplo que como as economias de escala podem ser importantes para a gestão dos Municípios e portanto acho que a Comunidade deve continuar nesta senda a procurar alargar a atividade da Central de Compras Eletrónicas a outras áreas, aliás estão na sua lista de projetos posteriores para que efetivamente estas economias possam ser mais relevantes do que são já neste momento. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Jorge Luciano Gonçalves Nogueira (PSD)** que diz que nos últimos dias tentou aceder ao site da CIMLT com o objetivo de recolher alguma informação e constatei que do ponto de vista das atas, a ultima que lá consta, é a datada de dois mil e onze, salvo erro, de vinte e sete de setembro. Acho que tendo em conta para mim, se calhar para muitos de nós é uma novidade a questão Intermunicipal era possível que os serviços pudessem ter atas mais atualizadas. -----

-----Uma outra questão, espero que isso signifique ausência de dívidas que não está publicado também no site aquilo que corresponde à relação de dívidas do primeiro semestre de dois mil e treze. Estas são as duas questões pequenas que eu trazia. -----

-----Há uma outra questão que tem a ver com aquilo que é o Relatório de Atividades no que diz respeito ao controlo orçamental e a minha questão é muito concreta. Eu verifiquei que do ponto de vista de Execução da Receita ela tem um percentual de oitenta e dois vírgula dois. Do ponto de vista da Execução da Despesa tem um percentual de quarenta e seis vírgula dois. A minha questão é porque é que há esta diferença tão grande entre aquilo que foi a Execução da Receita e aquilo que foi a Execução da Despesa. Muito Obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, que passa a palavra ao **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro**, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, começando por responder à última questão colocada dizendo que o prazo médio de pagamentos da CIMLT deve ser de quatro/cinco dias e, neste momento, segundo indicações do Doutor António Torres, os Fundos Disponíveis são de um milhão e duzentos mil euros por isso é que não tem essa informação. Naturalmente, é bom sinal. -----

-----Em relação à Central de Compras as poupanças foram, nestes últimos tempos, de cerca nove milhões e meio de euros, também dizer-vos que nem todas as Câmaras estão a aderir, portanto aquilo que é a especificidade de cada Autarquia, de cada Território, de cada concurso naturalmente tem de ser visto pelas Câmaras. Aquilo que se faz é, naturalmente, perguntar num conjunto de áreas quem está interessado para que se abram determinados concursos e posteriormente esses concursos são abertos, não havendo, naturalmente, obrigatoriedade de todos aderirem porque há Autarquias pelo



cel.
[Handwritten signature]

motivo A, B ou C, não interessa, não querem aderir e continuam a fazer os procedimentos da forma como entendem mais correta. Sendo que, naturalmente, quando se ganha escala, há aqui um conjunto de exigências, nomeadamente com as questões da Contratação Pública que têm de ser tidas em conta. -----

-----Em relação às questões do Turismo, realmente, nós fomos enviados, obrigados a ir para o Alentejo mas deixei-me que vos diga que numa reunião que já aqui tivemos com o Presidente do Turismo do Alentejo, Dr. Seia da Silva, ficamos bastante agradados com essa reunião. Já temos aqui na CIMLT uma Delegação, digamos assim, as pessoas do Turismo que estavam na Casa do Campino estão, neste momento, aqui na Comunidade Intermunicipal. Há um perfeito entendimento entre o Turismo e a Comunidade para que possamos todos colaborar em conjunto, como aliás, naquilo que tem a ver com a questão do site, já havia um trabalho que estava a ser feito pela Comunidade, havia trabalho que estava a ser feito pelo Turismo, aquilo que estamos a fazer, neste momento, é casar as duas coisas a ter aqui as sinergias e, penso que, durante o mês de Janeiro, já haverá a possibilidade de haver um conjunto de informação disponível. -----

-----Aquilo que queremos, naturalmente, é maximizar os recursos com ganhos para todos, por aquilo que me apercebi da reunião, por aquilo que tem sido a postura do atual Presidente do Turismo do Alentejo, estou convencido que vamos ter uma relação bastante positiva. -----

-----Obviamente todos gostaríamos de estar "independentes" mas essa decisão não foi nossa e portanto temos de viver com ela agora é melhorar o máximo que podermos. Em relação à questão da Central de Compras, a questão dos Resíduos, o que se passa é que o Concelho pretende fazer um estudo que possa ser um estudo que se divida em vários estudos porque são várias hipóteses, sendo que a probabilidade maior até nem é depois do estudo estar feito que a recolha seja concessionada antes pelo contrário é que possam ser as próprias Autarquias, mas numa questão Intermunicipal a fazer essa recolha. Portanto, o que aqui está não deveria estar bem, como disse, o que estamos a fazer neste momento é um estudo que vai apontar para várias áreas mas isso foi algo que não deveria aqui estar. Peço ao Dr. António Torres para continuar com os esclarecimentos, se faz favor.-----

---Tomou a palavra o **Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT**, começando por cumprimentar todos os presentes e dizendo que só quer reforçar uma coisa que foi dita pelo Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal, que tem a ver com o Visite Ribatejo. Nós tínhamos o portal GeoRibatejo, estávamos a atualizá-lo, a Região do Turismo estava a fazer o Visite Ribatejo porque já tem o Visite Alentejo. Portanto tivemos três reuniões com o Senhor Presidente da Região de Turismo. Os funcionários da Região de Turismo, que estavam na Casa do Campino, ficam sediados aqui. -----

el.
PT
P

-----Neste momento, são cinco pessoas mais um consultor a casar o nosso GeoRibatejo com as perspetivas do Turismo do Alentejo. Em janeiro vai sair o Visite Ribatejo que está a ser feito em colaboração entre a Comunidade Intermunicipal e a nova Região do Turismo do Alentejo. ---

-----No que diz respeito à Central de Compras é transversal, em quase todas as Assembleias da Comunidade Intermunicipal, a questão dos fornecedores locais. Se reparar nós fazemos concursos do tipo VPN telemóveis seiscentos telemóveis para todos os Municípios só há três operadores e os três operadores são nacionais, não dá hipótese. -----

-----Concurso para combustível, temos a Galp, Repsol, etc., são fornecedores nacionais o que não implica que toda a gente meta gasóleo e gasolina nos seus Municípios porque mete portanto dos fornecedores locais de gasóleo e gasolina não perdem dinheiro nenhum. O que a gente negocia é com a entidade nacional. -----

-----A mesma coisa noutras áreas, fornecedores de eletricidade – não há fornecedores locais. Ou seja, temos tido o cuidado de nos grandes concursos tentar controlar essa situação. Não há o papel, a livraria e podia-se entrar por aí mas não entramos, entramos sempre pelos grandes concursos. A questão dos resíduos sólidos, peço desculpa de estar no relatório de atividades porque era uma pretensão de alguns Municípios que fez chegar à Central de Compras mas nas últimas reuniões dos Senhores novos Presidentes foi inscrita em Plano e Orçamento para proceder à elaboração de um estudo de viabilidade para a recolha dos resíduos sólidos numa perspetiva puramente municipal. -----

---Quanto aos Planos de Segurança Rodoviária, estamos a fazer este trabalho com a prata da casa, são os técnicos locais que contactam a GNR.-----

-----Já temos o diagnóstico todo feito. Posso dizer-lhe, se quer uma data, julgo que para meados do ano que vem teremos os Planos de Segurança Rodoviária concluídos. E digo-lhe porquê. Porque vamos ter de criar o Observatório de Segurança Municipal, em cada um dos Municípios, vamos que definir com os Municípios a estratégia em termos de Planos de Segurança Rodoviária Municipais, é extremamente interessante. -----

-----Ficamos com uma base de dados muito boa, em termos sub-regionais. Sabemos quais são os focos onde há acidentes, acidentes com mortes, o que é que é preciso fazer em estradas nacionais, municipais e outras questões. -----

-----Usou da palavra o **Senhor António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)** que disse que quando falei relativamente à data que me indicou, maio/junho, do Plano de Segurança Rodoviária, era apenas uma proposta mais útil ao invés de colocar a palavra “para breve” ou qualquer outra similar, colocar a data exatamente se eventualmente poderá não estar em junho poderá estar em julho ou agosto são coisas que acontecem como aconteceu com a necessidade/obrigatoriedade de inclusão de numa



cel.
[Handwritten signature]

outra região de Turismo que uma série de projetos pode ficar pelo caminho até mas uma vez que à datas eu proponho isto é mais físico, é mais profissional e aí temos todos uma base direta com que trabalhar sabemos essas datas, essas datas são sabidas "previsto para", previsto não é taxativo/obrigatório. -----

-----Relativamente à Central de Compras, eventualmente, também não me expliquei bem, profissionalmente há muitos anos faço isso para todo o território nacional, para entidades privadas, com privados e de fato o que é normal, se passa e se faz nalguns países da Europa, o que se passa a nível Internacional é que nunca se negocia um território inteiro ou uma base de clientes inteiro com um único fornecedor. -----

-----Normalmente, trabalha-se com o mais barato e com melhores condições, de acordo com os critérios estipulados, uma pequena franja com o segundo colocado e ambos sabem que temos um duplo contrato que a qualquer momento podemos inverte-lo totalmente de forma a não cairmos num situação que nos faz lembrar hoje, uma linguagem que todos conhecemos "PPP". Portanto, os próprios privados evitam fazer isso com privados. Trabalham sempre com dois ao mesmo tempo em termos percentuais. É tudo. Muito obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT**, no que diz respeito à Central de Compras a CIMLT tem de cumprir com a legislação nacional. É muito complicado adjudicar a um operador tendo outro na reserva com o qual podemos trocar do pé para a mão. Temos de cumprir a legislação nacional. Temos de, cumprindo a legislação, escolher um fornecedor. -----

-----Seria ótimo poder escolher um e dizer-lhe que tens atrás de ti outro. Se te portares mal eu troco. Mas a legislação portuguesa não deixa fazer isso. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, que deu por encerrada a discussão do ponto um. **Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal.** -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, que mencionando o ponto dois. **Apreciação e votação de propostas de Estatutos da CIMLT**, refere que é basicamente a adaptação das alterações legais que entretanto saíram, está aberto o debate. -----

-----Após ter sido feita a inscrição para o uso da palavra junto da Mesa da Assembleia Intermunicipal, usou da palavra o **Senhor Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)** dizendo que a questão que se coloca não é tanto com os estatutos, sabemos que têm de ser alterados no sentido de conter as alterações que foram produzidas pela Lei n.º 75/2013, mas não podemos deixar de fazer aqui algumas



el.
[Handwritten signature]

referências à posição cada vez mais frágil dos Municípios, neste caso por esta via, também. -

-----Apesar de não ser apenas por esta via. Para nosso mal e das populações, esta Lei vai contribuir para o esvaziamento dos Municípios. Esta Lei transfere para as freguesias um conjunto de competências que, se calhar dificilmente, conseguiram assegurar; criando problemas às Freguesias e transfere um outro conjunto de competências para as Comunidades Intermunicipais, as Freguesias vão ficando um pouco com menos capacidade de intervenção e possibilidade de intervenção e de responder às necessidades das populações como deveriam responder. -----

-----Ainda para mais, do ponto de vista financeiro também o Governo e os partidos que o apoiam vão criando mais dificuldades. -----

-----O Orçamento de Estado aí está com mais cortes na capacidade financeira, não apenas na capacidade financeira, colocando em causa no fundo a possibilidade dos Municípios manterem todas as suas capacidades e até a Constituição lhes confere. -----

-----É evidente que isto constitui um problema sério para o futuro dos Municípios, obviamente temos que contar com isso não vamos aqui aprovar nem rejeitar a Lei, é coisa que está fora do âmbito desta Assembleia, mas não poderíamos deixar de fazer estas referências que esta Lei impõe. -----

-----Mais ainda, com as alterações que foram criadas no que respeita ao funcionamento desta Assembleia vai haver menos possibilidade de fiscalizar algumas matérias, algumas coisas que esta Assembleia deveria ter mais capacidade para fiscalizar os Municípios, também não o podem fazer. ---

-----Esta Assembleia vai passar a reunir menos vezes do que reunia portanto há aqui um conjunto de novidades, não é, todas elas vêm no mesmo sentido, no sentido de criar problemas de atacar a autonomia financeira e administrativa. Muito obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, submeteu à votação o ponto dois. **Apreciação e votação de propostas de Estatutos da CIMLT** -----

O ponto dois foi APROVADO POR MAIORIA, com a seguinte votação: -----

-----VOTOS A FAVOR: 28; -----

-----VOTOS CONTRA: 0; -----

-----ABSTENÇÕES: 9.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Nuno Simões Pereira (PS)**, entregou por escrito a seguinte declaração de voto: *"Tenho reservas relativamente aos diplomas legais que conduziram à proposta destes estatutos, no que toca ao gradual esvaziamento das competências dos municípios. Para além disso, considero que a Assembleia Intermunicipal deveria ter mais sessões, sobretudo para apreciar e aprovar despesas e compromissos plurianuais. Contudo, compreendo que os estatutos tenham*



al.
[Handwritten signature]

resultados das exigências e limitações impostas pela legislação em vigor, e por isso o meu voto é favorável à aprovação dos estatutos da CIMLT.” -----

-----Dando assim por encerrada a discussão relativamente ao ponto dois, mencionando que estavam abertas as inscrições relativamente ao ponto três. **Apreciação de análise sumária e Demonstrações Financeiras intercalares reportadas ao final do primeiro semestre de dois mil e treze e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas.** -----

-----Usou da palavra o Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT, que diz que ficou por responder uma questão efetuada pelo Senhor Jorge Nogueira. Tem a ver que no Relatório de Atividades já está referido que a Receita está em oitenta e dois por cento, a Despesa em quarenta e oito por cento, sendo que neste ponto a questão era que a Receita estava em quarenta e a Despesa em vinte e cinco e deve-se a um conjunto de fatores. Nós estamos num período de transição entre um Quadro Comunitário para outro. -----

-----Este é o último ano de aprovação de projetos em termos de Fundos Comunitários, temos duas parcerias, posso só referir esta, o equipamento para cinquenta por cento dos efetivos dos Bombeiros Municipais e Voluntários cuja candidatura está feita ao POVT, que ainda não teve aprovação, embora nós tenhamos lançado o concurso e tenhamos adjudicado uma parte desse concurso porque nas restantes partes as empresas não responderam corretamente. -----

-----Logo aí há uma menor execução Orçamental na ordem dos duzentos mil euros e temos os Planos de Proteção Civil de Segunda Geração que também estão no POVT para apreciação. E digo isto porque são parcerias feitas com o Ministério da Administração Interna, ou seja, estes dois projetos são comparticipados em oitenta e cinco por cento, sendo que os restantes, sete e meio por cento é do Ministério e os outros sete e meio por cento são assegurados pela CIMLT. -----

-----Também uma demora na aprovação da candidatura para a formação contínua na Comunidade Intermunicipal que no primeiro semestre não foi aprovada, podemos dizer agora que já o foi, não se conseguiu executar. -----

-----Também a candidatura ao PPEC portanto à Direção Geral de Energia feita por nós para as Câmaras que assim pretenderam de Coruche e de Santarém cuja aprovação também foi tardia, estando nós ainda em audiência prévia para uma ações intangíveis.-----Usou da palavra o Senhor José Francisco Correia Afonso Marouço (PS), lembrando a questão das Águas do Ribatejo, que está sempre presente sobre o pescoço da CIMLT e continua prostrada a possibilidade de ter que indemnizar em cento e não sei quantos milhões. Isto diz respeito julgo eu, a uma ação Administrativa especial contra a então CULT que já data do final de dois mil e sete. Isto, eu resolvi trazê-lo a esta Assembleia, porque julgo que é um bom exemplo de como a justiça se preocupa muito

el.
M

pouco com a economia, como é muito lenta a resolver aquilo que é importante. Muito obrigado.

-----Usou da palavra o **Senhor João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)** que cumprimentou todos os presentes. Relativamente às contas semestrais o Dr. Marouço, já falou e muito bem de um dos pontos que eu iria questionar que é relativamente à ênfase saber que desenvolvimento, não diria desde dois mil e nove mas desenvolvimentos que houve recentes como é que está o estado do processo, questionar se existem outros processos judiciais de qualquer natureza em curso. -----

-----Quero questionar relativamente às verbas dos programas ainda não executados qual é que é os seus estados, principalmente, um que vai aparecer aqui no Orçamento dos equipamentos de combate a incêndios e no outro que tem a ver com os sistemas informáticos. -----

-----Saber qual é que é o *status* dos ditos. Relativamente às contas semestrais também fazer nota apenas que apesar de ser muito ligeiro existe aqui algum *défice* corrente e que está também espelhado, estranhamente, no caso das Receitas Correntes terem trinta e três vírgula um por cento de realização, as Despesas Correntes de trinta e um vírgula dois por cento. No entanto, existe algum *défice* que há partida implica que o Orçamento passado já tinha o *défice* corrente implícito. Presumo eu, quanto às Receitas de Capital dado que foram recebidas setenta mil e seiscentos e trinta e sete euros e noventa cêntimos saber, enfim, destas verbas apenas foram executados dezoito mil setecentos e noventa e dois euros. -----

-----À partida já existe até ao final do ano perspectivas de realização do restante, dado que a percentagem de realização é muito baixinha, na casa dos três vírgula nove por cento, da Despesa. Muito obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, solicitou informações e mais pormenores relativamente aos Planos de Proteção de Segunda Geração. Informações sobre a execução, as Câmaras, os parceiros e como é que está a decorrer. -----

-----Usou da palavra o **Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT**, relativamente à ênfase que vem em todos os relatórios semestrais e anuais julgo que não valerá a pena contar a história de que havia um processo de constituição de uma empresa em que houve um Município que não quis aderir, saltou fora e depois a entidade que estava colocada em primeiro lugar meteu-nos uma ação e pede cento e tal milhões. -----

-----O processo é de dois mil e sete a única coisa que posso dizer é que desde dois mil e oito e dois mil e nove nunca fui contactado ou nunca recebemos nenhuma carta, na Comunidade, enviada do Tribunal. -----

el.
[Handwritten signature]

-----Apesar de, nas contas da primeira Assembleia que nós tivemos aqui portanto as perspetivas, os ganhos da empresa seriam de cem milhões nas nossas contas por ventura seria de muito menos na ordem de milhares de euros, sem chegar às centenas. -----

-----Só para vos dizer que desde dois mil e oito não houve qualquer contato do Tribunal sobre isso. Os ROC's enfatizam sempre a mesma questão que não está resolvido em Tribunal, já decorreu este prazo todo.-----

-----Relativamente aos equipamentos de combate a incêndios a CIMLT fez a candidatura a meio do ano e tínhamos expetativas. -----

-----Até fomos, como é que hei-de dizer, fizemos uma coisa que não fizemos nos Planos de Segunda Geração que é temos aqui um protocolo assinado com o Ministério da Administração Interna que nos vai assegurar sete e meio por cento da contrapartida nacional isto foi acordado em termos nacionais todas as Comunidades Intermunicipais fazem esta candidatura nós lançamos o concurso numa perspetiva de que o projeto ia ser aprovado. -----

-----O que é fato é que ainda não está aprovado mas nós lançamos o concurso e até já podia haver a totalidade do equipamento nos cinquenta por cento dos Bombeiros efetivos Municipais e Voluntários se os concorrentes não tivessem concorrido mal ao nosso concurso. -----

-----Ou seja, há quatro coisas, a farda, o capacete, as botas e ainda a cogula. Os concorrentes dos capacetes do concurso responderam de acordo com o caderno de encargos que veio do Ministério da Administração Interna e do Comando Distrital. Relativamente aos fardamentos, às botas e á Cogula não respeitavam os requisitos técnicos necessários e portanto tivemos que anular esses três componentes. Temos o processo de concurso perfeitamente em condições para que quando o POVT aprovar a candidatura a CIMLT lançar imediatamente. -----

-----Relativamente aos Planos de Segurança de Segunda Geração é a mesma situação fizemos a candidatura em meados do ano passado. Há a contrapartida nacional da Administração Central e espero que até trinta e um de dezembro deste ano, que é quando em todos os documentos que estão inscritos para Bruxelas devem terminar as aprovações embora nós saibamos que as aprovações vão passar para o ano que vem, mas que decidam quanto a este assunto. -----

-----O Plano de Segunda Geração tem a ver com a prevenção de riscos, cheias, incêndios, tem a ver com essa questão toda. O Plano de Segurança para cada Município irá ser feito à semelhança das Cartas Educativas. -----

-----Vai ser feito um Plano de Segurança para cada Município, todos os Municípios ficam dotados com esta ferramenta. Relativamente às questões dos montantes nós temos noção de que há diversidade um pouco das espécies ao nível dos onze Municípios, que há Municípios que ainda têm alguns

el.
P

compromissos para satisfazer com a Comunidade, alguns dos quais tiveram o PAEL aprovado, remeteram-nos verbas mas há outros ainda têm algumas questões por resolver com a Comunidade Intermunicipal. Aguardamos as segundas tranches do PAEL, em alguns casos a terceira. -----

-----Usou da palavra o **Senhor João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)** dizendo que se bem entendi é a falta de comparticipação dos Municípios, não propriamente do Estado em projetos comparticipados que está a atrasar a aprovação de Planos, é isso? -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, dizendo ao Senhor Deputado que não é isso. A Comunidade Intermunicipal não tem dívidas a fornecedores, tem Fundos Disponíveis de um milhão e duzentos mil, tem setecentos mil euros em conta e obviamente que há Municípios que têm dívidas, isso é razoavelmente conhecido portanto a gestão ao longo dos anos tem sido uma gestão criteriosa, aliás, eu diria mesmo, exemplar e eu acho que isso é fácil de perceber pelos grandes números. Há pouco estava aí a falar da questão de um por cento mas acho que os grandes números demonstram bem isso. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel dos Santos Queimado (PS)**, não querendo imiscuir-se no seu trabalho quero apenas que seja esclarecido. A mim parece-me que as declarações de voto devem ser apresentadas no final da votação do ponto para que todos nós tenhamos aqui conhecimento delas, ou então que seja definido para todos nós sabermos qual é o espaço temporal em que se pode apresentar uma declaração de voto, como é que ela chegará junto de nós, não é. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, **Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, dizendo que esta é uma questão metodológica sobre o procedimento dos trabalhos eu proponha o encerramento do ponto três. **Apreciação de análise sumária e Demonstrações Financeiras intercalares reportadas ao final do primeiro semestre de dois mil e treze e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas.** -----

-----Sobre a questão feita pelo Senhor Pedro Queimado faz sentido, ou seja, é uma questão de bom senso, as declarações de voto no sentido de esclarecer a posição que foi pré definida aqui e não introduzindo questões novas, eu enquanto Presidente da Mesa, aquando a verificação da ata se isso acontecer terei de não aceitar essas declarações de voto. E este é um princípio de questão de bom senso para não estarmos aqui a perder muito tempo com a leitura. Percebe-se as posições. -----

-----Admitindo que as pessoas vão todas para casa fazer declarações de voto para depois justificar nas suas próprias Assembleias, elas não tendo sido apresentadas aqui eu terei de dizer aos serviços para não as incluir. -----

-----O que está aqui a chamar à atenção é a questão das declarações de voto que cada membro da



cel.
[Handwritten signature]

Assembleia tem direito a fazer, uma declaração de voto no final, podem ser escritas ou orais, verdade não é. Bom senso. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Ramiro José Jerónimo Matos (PSD)** quero dizer que não concordo com algumas das coisas que acabou de dizer. Em primeiro lugar, isto é uma sugestão, para a Comissão que vai rever o Regimento se as moções não forem apresentadas atempadamente ninguém pode, a bem das decisões que saiam desta Assembleia apreciar e até eventualmente chegar a consenso. -----

-----Naturalmente uma moção aqui aprovada por unanimidade tem muito mais força junto dos órgãos do poder central do que uma moção apenas por maioria ou que até tenha votos contra. -----

-----Mas se as moções vão continuar a poder ser apresentadas no início da sessão naturalmente que se cai sempre neste problema porque é muito difícil no Período antes da Ordem do Dia estar a consensualizar posições. -----

-----Já relativamente às declarações de voto, que entronca com a esta questão porque naturalmente há assuntos como eu acho que este que aqui foi discutido merece naturalmente alguma ponderação, que as declarações de voto, porque é um assunto político, as declarações de voto devem conter também a fundamentação política, permitam-me eu não intervim porque estou na mesa mas também tenho esse direito, permitam-me dizer que foram aqui feitas algumas declarações de voto que não correspondem efetivamente à verdade, portanto as declarações de voto, em muitas Assembleias, nomeadamente Municipais, podem ser feitas por escrito para não atrapalhar o funcionamento dos trabalhos, a maior parte das vezes, vinte e quatro ou quarenta e oito horas depois da reunião. -----

-----Elas só têm que constar na Ata, têm que ser admitidas pela mesa nem que contenham as maiores asneiras que possam estar na declaração de voto. A declaração de voto, aqui o Regimento faz expressa menção é uma questão até de desresponsabilização de determinados atos daquela pessoa que faz a declaração de voto, que se for uma apreciação de uma declaração de nulidade de uma deliberação, aqui quem votou contra e apresentou uma declaração de voto pode estar isento de responsabilidade financeira sancionatória reintegratória. -----

-----Portanto aqui o que há a definir, porque acho que não é muito claro no Regimento é se são ou não são admitidas declarações de voto por escrito, até quando elas têm que ser entregues. Eu acho que as Moções têm que ser entregues antecipadamente para serem distribuídas com a ordem dos trabalhos pode ser até ao final da sessão porque aí é fácil e as declarações de voto até já virem previamente feitas sendo assim à boca da Assembleia acho que o razoável é vinte e quatro horas ou alguma coisa do género. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, relativamente ao que disse o Ramiro permitam-me dizer que há



Handwritten signature in red ink, possibly reading 'el'.

uma questão, era essa que eu me referia relativamente às moções. -----

-----Há uma questão que tem a ver com o seguinte não há em órgão nenhum a não ser que por bom senso podemos permitir não há declarações em Sessões fictícias, ou seja, as Declarações são feitas em Sessão é o que diz o regulamento e essas têm de ser feitas com base numa permissão que é feitas num determinado tipo de posicionamentos acho eu, a própria Assembleia da Republica não é um órgão com as funções que esta Assembleia tem é evidente que se quiserem fazer tudo, bem mas eu acho que seria muito mais útil que as declarações fossem feitas e conhecidas aqui, no tempo útil para que não se vá dizendo para outro lado o que não se disse aqui, sabendo que a Assembleia da Republica é um espaço indutor da intervenção publica que extravasa, não se esgota na própria reunião que lá existe. -----

-----Porque senão chegamos aqui estarão um conjunto de pessoas caladas que irão fazer intervenções e o próprio regimento está feito, é isso que se cumpre aprovar, é haver uma, digamos, declarações.-----

-----O que foi dito aqui por um membro, e bem, é que se todos vão para casa fazer declarações de voto haverá um debate lá fora pode haver esse risco. Isso não pode ser aceite e eu terei que levar o Regimento à risca e depois o que resultar do novo Regimento dizendo que cada pessoa fará aqui a declaração de voto, que é feita no final da reunião mas tem de a fazer aqui. E tem que a ler aqui. Se isso não for feito dentro das regras do bom senso inviabilizará o funcionamento da Assembleia. Há mecanismos conhecidos. -----

-----O que está dito aqui, claramente é, vamos ver o que resulta do Regimento, eu tive aqui tolerância sobre esse aspeto, houve um membro da Assembleia que se manifestou, porque uma pessoa disse eu no fim vou entregar uma declaração de voto. -----

-----O que está no Regimento, neste momento é, no final haverá uma declaração de voto, é lida se escrita ou oral. E portanto, à um membro da Assembleia que pergunta se está a permitir que depois sejam feitas declarações de voto, eu estou porque digamos que estamos aqui numa lógica de flexibilidade, mas a flexibilidade não seja o contrário entregarem a qualquer momento, isso é um debate em espaço fictício e portanto esta reunião é real, é física, ocorre as x horas, do dia y com uma determinada Ordem de Trabalhos. -----

-----Portanto se a Assembleia deliberar alterar tudo bem. O que eu disse a este membro é que tolerantemente admitia. Por isso eu aceitei aquela declaração. Nós podemos fazer uma reflexão futura para equacionar esse aspeto. -----

-----O que eu estava a dizer é que não me repugnava que alguns dos grupos pudesse chegar e reformular a sua intervenção porque são assuntos de natureza política e reformular melhor. Assim e



cel.
M

respondendo à sua questão, se não vissem inconveniente, eu aceitaria, a proposta que foi a única que fiz até agora da intervenção feita pudesse ser elaborada e entregue posteriormente desde que corresponda a uma intervenção dentro do espírito que foi feita aqui. É uma questão de bom senso. É uma questão política. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Ramiro José Jerónimo Matos (PSD)** dizendo que pede desculpa mas tenha o conteúdo que tiver é uma declaração de voto que fica em Ata não pode ser não admitida ou admitida e não tem contraditório. São juntas à Ata e ponto final. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, vou dar aqui a minha posição de Presidente. -----

-----Estava eu a pensar tolerantemente e democraticamente abria uma exceção para que aquele ponto houvesse uma declaração para além do fim da ordem para que o PSD se pudesse exprimir bem, dizendo que a não ser que houvesse lá coisas extraordinárias em que eu teria de utilizar esta coisa é dito que o Senhor nunca pode fazer, é verdade. Assim aplico o Regulamento e fica o problema resolvido.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Ramiro José Jerónimo Matos (PSD)**, dizendo que acha que estamos aqui a fazer confusão entre aquilo que é o debate e a votação. Acho que nenhuma bancada de nenhum partido terá a falta de bom senso para incluir numa declaração de voto questões que não foram aqui levantadas do ponto de vista político isto é uma questão de base. -----

-----Agora não posso concordar com a questão que foi levantada pela bancada da CDU porque o atual Regimento permite que a declaração seja entregue por escrito até ao final da reunião e depois de entregue não vai ser lida nem vai haver outras declarações de voto em função dessa. Quando são orais, isso pode acontecer agora se o próprio Regimento permite que a declaração de voto seja entregue até ao final da reunião por escrito pois nesse momento já não há possibilidade de se fazer rigorosamente nada. Para que conste é o que diz aqui no Regimento. -----

----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, dizendo que temos de encerrar esta conversa. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro**, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, dizendo desculpa porque sabe que é uma discussão da Assembleia mas penso que na última reunião ficou proposto uma reunião para tratar das questões do Regimento eu proponha à Mesa que esta questão realmente fosse discutida nessa bem dita Comissão a que tem vários meses para poder trabalhar e com certeza que desta discussão nascerá algo consensual. -----

-----Deixo aqui apenas uma sugestão prática que todos teríamos a ganhar. Mais uma vez pede

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

desculpa por se estar a intrometer nestes assuntos da Assembleia. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, dizendo que acha que houve aqui um equívoco e peço que não prolonguemos o equívoco se eu bem o interpretei, acho eu. -----

-----Senão estamos aqui numa questão de equívocos e desconfianças. Há um membro do PSD, perante a discussão que foi tida aqui e disse bem como isto é um assunto depois entregarei a declaração. A declaração que nós imaginamos eu para mim imaginei qual vai ser a declaração e deve ter um espaço de intervenção não teve tempo de o fazer agora no espaço da votação a seguir vai ser feita e eu disse tudo bem a não ser que seja uma coisa estapafúrdia. -----

-----Como eu também não gosto que venham a admitir que eu venha a fazer censura sobre uma outra votação qualquer. Eu acharia que era de bom-tom e sabendo quais eram os argumentos sobre esta matéria do corte de serviços ou da proximidade que existe mesmo havendo corte das Unidades Orgânicas, basicamente o debate é sobre este, que pudesse ser feita, excecionalmente, esta declaração, se ninguém visse inconveniente nisso, não fazer muita teoria geral sobre isto vai havendo uma alteração do Regulamento, certo. -----

-----Portanto, eu reagi hipoteticamente porque tive a sensação que o Ramiro me estava a dizer que eu iria fazer censura e acho que o Jorge deve ter o espaço de intervenção, o Grupo Parlamentar sobre esta matéria porque se não, eu já estava a dizer que utilizo que está no regimento. -----

-----O que vier a resultar no futuro vamos fazer na prática. Pode-se encerrar esta discussão. Se houver alguma coisa que for dita que fira alguma susceptibilidade, nomeadamente a bancada da CDU. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Carlos Pauleta (CDU)** dizendo que esta discussão deve ser feita no âmbito da Comissão do Regimento. -----

-----Há no entanto uma questão que eu deixo aqui. As declarações de voto são declarações de voto. Como disse o Senhor presidente há bocado, ou seja, não se discute uma declaração de voto. -----

-----Uma declaração de voto é uma tomada de posição que não tem discussão. Não há debate sobre a declaração de voto. Creio que o razoável será que ela seja feita oralmente, no final do ponto, e uma por bancada. As escritas podem ser feitas por todos os membros até se quiserem deve ser entregue até ao final da reunião. A Ata tem de ser feita. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, dizendo que estão todos a dizer a mesma coisa o único sentido que eu disse para fazer aqui é porque se houvesse alguma coisa estapafúrdia por não ter sido feita dentro do Regimento. -----

-----A questão seria colocada deixando ao bom senso o que talvez não nos conheçamos bem,



cel.
[Handwritten signature]

pensassem que é o Presidente para chegar ali e dizer o que é que este escreveu ou não. Só se fosse uma coisa fora do normal. Sendo assim, está encerrada esta coisa. O Jorge entregará a declaração de voto.-----

----Dando assim por encerrada a discussão o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, mencionando que estavam abertas as inscrições relativamente ao ponto quatro. **Apreciação e votação de proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e catorze.**-----

----Usou da palavra o **Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT**, dizendo que em termos de Orçamento para dois mil e catorze, o mesmo ascende aproximadamente a um milhão e novecentos mil euros.-----

----Há uma série de projetos que estão em curso e que vão passar para o ano seguinte como, a delimitação das áreas de vocação turística, o baixo carbono, o Plano de Segurança Rodoviária, a formação que acabou por ser aprovada à pouco tempo, as ruas da Lezíria, o Mais Lezíria a formação/ação.-----

----Em termos de novos projetos a perspetiva de realizar o estudo de viabilidade sobre a recolha de resíduos sólidos em termos supramunicipais, a possibilidade de realizar um estudo, para os Municípios da Lezíria, relativamente à eficiência hídrica nos edifícios públicos e também nos espaços públicos, vamos também proceder à atualização das Cartas Educativas, aguardamos que as duas candidaturas que estão no POVT sejam aprovadas para podermos executar a despesa no que diz respeito aos equipamentos para os Bombeiros e os Planos de Segunda Geração.-----

----Aguardamos também que apareça, suponho que só em meados do ano, a questão do novo período de programação para que possamos candidatar o Ribatejo Digital, executar o PEPC para o Município de Santarém e de Coruche, fundamentalmente é isto.-----

----Teremos à volta de um milhão e cem/duzentos com os projetos que passam de ano e com os novos projetos.-----

----Portanto, no Orçamento do ano que vem teremos a grande perspetiva do Plano Territorial Integrado que terminará, em termos financeiros, em dezembro, por ventura irá até março, podermos vir a ter uma intervenção territorial integrada para a Lezíria do Tejo o que é isto, é uma subvenção global uma coisa contrária nós anteriormente estávamos habituados a contratualizar investimentos só para os Municípios por ventura teremos que estabelecer algumas parcerias para termos uma gestão integrada com outros parceiros, atores regionais no fundo para podermos gerir na Lezíria um próximo período de programação de Fundos Comunitários, através de uma intervenção territorial integrada.-----

----Esse vai ser, no fundo, o nosso grande desafio. Estes estudos vêm na lógica dos estudos parcelares



no sentido de dar sustentabilidade a investimentos que os Municípios possam vir a fazer no próximo período de programação, dou o exemplo do Baixo Carbono, Lezíria 2020, onde neste momento estamos a estudar eficiência energética a edifícios públicos, pavilhões, estamos a estudar a iluminação pública, a semaforização para que em meados do ano que vem possamos ter para cada um dos Municípios projetos técnicos de execução na área da eficiência energética. -----

-----O mesmo, em termos de eficiência hídrica. Vai-se abrir, por questões do próximo período de programação, vamos abrir uma área nova na Lezíria do Tejo, que tem a ver com a contratação de alguém, em termos de prestação de serviços, com experiência no setor das energias renováveis. Fundamentalmente é isto. Estou à disposição para qualquer esclarecimento. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, mencionando que estavam abertas as inscrições relativamente ao ponto quatro, após terem sido feitas as inscrições para o uso da palavra junto da Mesa da Assembleia Intermunicipal, usou da palavra o seguinte Senhor João Miguel Gonçalves Lopes (PSD) dizendo que relativamente ao Orçamento que é apresentado obviamente a Comunidade Intermunicipal, como qualquer outra Comunidade Intermunicipal, tem fins característicos e específicos que no fundo se prendem com aquilo que os Governos quiserem que seja, com aquilo que os Municípios quiserem que as Comunidades sejam. -----

-----Neste âmbito, obviamente, a maior parte das Receitas tem a ver com projetos e com compras centralizadas a serem executadas no sentido de haver alguma poupança através da eficiência, da eficácia dos serviços e de algumas compras, compras coletivas. -----

-----Nesse ponto de vista, aquilo que nos parece mais relevante para tentarmos perceber o que é que está aqui por trás deste Orçamento é tentar perceber algumas das rubricas, que estão aqui relativamente aos projetos, no sentido de percebermos como é que elas sejam mais significativas do ponto de vista do seu custo. -----

-----Se me permitem também, por algum desconhecimento da nossa parte, porque não estive cá toda a gente nos últimos mandatos e portanto algumas coisas poderão parecer um bocadinho redundantes, mas de qualquer forma teremos de perguntar para compreender o seu funcionamento. -----

-----Desse ponto de vista gostava de começar por lançar aqui uma questão. Relativamente ao programa chamado Lezíria Empreende a verba contemplada é de dois mil e quinhentos euros para o ano que vem. -----O que é que se pretende fazer com dois mil e quinhentos euros relativamente a empreendedorismo. -----

-----Relativamente à formação que é um dos grandes desígnios que ao longo dos anos tem tido esta CIMLT, temos aqui uma formação contínua, dois mil e doze e dois mil e treze com seis mil e



el.
[Handwritten signature]

quinzentos euros, formação contínua de dois mil e catorze, de duzentos e cinco mil euros e depois temos uma formação/ação dois mil e treze, dois mil e catorze de euros que corresponde às Grandes Opções do Plano ao Projeto de dois mil e treze, cinco mil, catorze mais vinte e sete mil e quinhentos euros. A questão é a seguinte: -----

-----A que Municípios é que se destina a formação. Nós não temos aqui tipicamente espelhado quem recebe a formação, quem são os destinatários. -----

-----A minha pergunta aqui tem a ver um bocadinho com o sítio de onde provenho, ou seja, da Assembleia Municipal de Almeirim e do conhecimento que tenho do Município de Almeirim, é que eu recordo-me perfeitamente noutras Assembleias quando via os dados do pessoal dos números que lá estavam, ou seja, no ano passado, por exemplo, no Município de Almeirim houve três ações de formação inferiores a trinta horas com vinte e sete participantes, que são mais ou menos dez por cento dos trabalhadores, com trezentas e trinta e sete horas, quando questionado o Senhor Presidente do Executivo na altura que também era o Presidente da CIMLT, o que ele dizia era que tinham formação aqui. A minha questão é, que formação é que é prestada aos Municípios, daqui o que é que está previsto para cada um dos Municípios. -----

-----Não necessariamente por verba mas genericamente, obviamente, o que está estimado fazer, quem são esses destinatários porque efetivamente estas verbas são muito significativas imagino que há semelhança de Almeirim, também nos outros Municípios da Lezíria, quer dizer que estamos aqui a falar de quase duzentos e cinquenta mil euros presumo que, enfim, um vírgula trinta e nove horas de trabalhador por ano parece-me uma formação muito curtinha, para os montantes envolvidos. -----

-----Talvez seja um tema antigo, os equipamentos de proteção individuais de combate a incêndios. A minha questão é porque é que eles são adquiridos aqui. Honestamente não faço ideia. A quem se destinam, aos Bombeiros Municipais ou Voluntários. -----

-----Gostava de ter aqui algum esclarecimento. De igual forma também relativamente à Central de Compras está aqui previsto uma verba de cinquenta e dois mil e seiscentos euros para o Funcionamento aquilo que eu esperaria à partida era que os custos com a publicidade dos atos, imagino que os custos com o pessoal não estejam aqui, porque os custos com o pessoal já são os custos com o pessoal normais dos trabalhadores da Lezíria do Tejo portanto não constariam nos cinquenta e dois mil e seiscentos euros portanto daí a questão de onde é que vem esta verba. -----

-----Também comentar, enfim, vejo aqui este objetivo três chamado Mais Lezíria. Neste objetivo três querem fazer um encontro de natação, torneio, aeróbica, caminhada, bem parece uma coisa muito intermunicipal mas também parece-me muito alarido para três mil euros num ano. Não sei o que é o montante previsto mas enfim, para três mil euros num ano, parece-me curioso e não me parecer uma



el.
[Handwritten signature]

coisa muito intermunicipal. -----

-----Uma pergunta de natureza técnica que tem a ver exatamente com algum desconhecimento de alguns porquês, a formação contínua de dois mil e catorze e a formação/ação de dois mil e catorze tal como o projeto Link Cities estão alocados à rubrica outros. -----

-----Porque é que estão em outros e não estão alocados diretamente a formação. Diretamente não me faz muito sentido. Talvez tenha a ver com a natureza mas gostaríamos de saber porquê, se for esse o caso. -----

-----Relativamente às contas é uma diferença relativamente pequena mas anotamos que está aqui previsto um ligeiro *défi*ce Corrente, é muito pequenino. Por último, como é que esta verba, por exemplo de duzentos mil euros da formação, dado que valores de consultoria e valores de pessoas contratadas fora têm um peso muito significativo, por exemplo, estudos pareceres e projetos e consultoria contratados fora são de dezoito vírgula sete por cento do total das Despesas. -----

-----A minha pergunta é, como é que à partida está previsto, escolhido quem é que vai dar a tal formação de duzentos e tal mil euros. Muito obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Nuno Simões Pereira (PS)** dizendo que quanto às preocupações sobre a formação já teve a oportunidade, antes da Ordem do Dia, de as manifestar e que está em querer que o Concelho Intermunicipal irá ter em boa conta. -----

-----Os Municípios não estão a dar formação suficiente e numa altura em que os funcionários públicos têm sido sacrificados com algumas medidas duras do ponto de vista salarial, da sua carreira profissional penso que a formação pode constituir um estímulo para a melhoria dos serviços, acho que não é um assunto menor é um assunto importante, que deve merecer a vossa preocupação. -----

-----Depois gostaria de questionar o porquê do Município de Benavente não estar neste objetivo três delimitação das áreas de vocação turística e localização dos núcleos de desenvolvimento turístico da Lezíria do Tejo. Gostaria de saber porque me parece que é o único que não consta, não sei se terá sido um lapso na definição do objetivo três ou se haverá outra razão. -----

-----Gostaria de saber se o estudo de viabilidade para a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos na Lezíria do Tejo se prende com o fato da experiência da ResiUrb não ser muito feliz relativamente a alguns Municípios e se o objetivo é existir alguma mudança no futuro relativamente a isso. -----

-----Depois gostaria também no ponto sete de saber se, uma vez que no Plano de Promoção para a Eficiência Energética de energia elétrica apenas dois Municípios aderiram, Coruche e Santarém, se a intenção dos Municípios e desta Comunidade envolver todos os restantes no próximo ano. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, em relação à questão da eficiência energética a



cel.
[Handwritten signature]

Comunidade irá contratar um técnico na área para com todos os Municípios, começar portanto a quilómetros que tem sido normal ser feito num conjunto de outros locais é fazer agências de energia. Esta Comunidade Intermunicipal tem tido o bom hábito, por unanimidade ir absorvendo aqui alguns serviços sem aumentar custos, ou seja, nós faremos o mesmo que fará uma agência de energia com a diferença que não haverá Concelho de Administração, não haverá um Revisor Oficial de Contas, etc, etc, e portanto essas competências acabaram por aqui ficar, as questões da eficiência energética vão ser agora tratadas de âmbito global em dois mil e catorze sem prejuízo de algumas questões que o Dr. António Torres depois pode explicar, em relação à questão Lezíria Empreende basicamente foi para manter a rubrica aberta. -----

-----Também gostava de falar só uma questão sobre a formação porque já foi aqui falada por várias pessoas. Além das formações à algo que acontece com muita regularidade que tem a ver com um conjunto de encontros dos técnicos de várias áreas, dos vários Municípios que não sendo formação acaba por permitir aqui a discussão de ideias, o assertar de agulhas que é fundamental, o de permitir que muitas dessas dúvidas que existam possam ser esclarecidas por outros, portanto, perceber onde é que eventualmente estamos a fazer menos bem. -----

-----Na Central de Compras a questão tem a ver sobretudo com a questão da plataforma eletrónica e com os custos da plataforma eletrónica. Em relação aos equipamentos de proteção individuais têm de perguntar ao MAI, porque foi o MAI que disse que isto era feito pelas Comunidades Intermunicipais. Os equipamentos vão ser entregues a cinquenta por cento do efetivo de Bombeiros. -----

-----A questão do Mais Lezíria se a gente dividir estes três mil euros pelo número de participações não sei se chega a dar um cêntimo a cada um. -----

-----Isto tem movimentado uns milhares de participantes e tem tido um enorme sucesso. Sobre a questão da recolha de resíduos e da RESIURB, não percebi. O que se pretende aqui é uma questão tão simples quanto isto, cada vez as Autarquias têm menos condições financeiras. A área dos resíduos é uma área deficitária em todas elas. O que se recebe de taxas chega para pagar, na maioria dos casos, a deposição em aterro. -----

-----Os Municípios onde corre bem chega para pagar o aterro falta o resto, o pessoal, o gasóleo, os carros, os seguros, etc., e isto tudo custa centenas de milhares de euros e em alguns Municípios mais de um milhão. -----

-----Aquilo que queremos é, no âmbito público encontrar aqui soluções que possam ser boas soluções. Adiantando um bocadinho mais, se calhar aquilo que queremos é transformar, eventualmente, a questão dos lixos em algo semelhante àquilo que foi feito com as Águas do Ribatejo. Que é um bom exemplo. Mas o estudo virá a dizer porque foram colocados vários cenários porque também os onze



Municípios têm vários cenários a ter em conta. -----

-----Portanto, essa questão para nós é fundamental porque se há área onde está em causa uma grande poupança é essa, sendo que, o Governo parece que tem para aí um plano para privatizar isto tudo. Não sei com que objetivos ainda não percebi bem. Sei que a Associação Nacional de Municípios está contra e portanto espero, espero, que não nos obriguem a privatizar esta matéria uma vez que há área onde os Municípios têm *know how* é nestas questões. -----

-----Nós fazemos a recolha á quarenta, cinquenta, sessenta anos e não à nenhuma empresa privada, nenhuma que tenha mais *know how* que nós. Tudo o que disserem sobre isso estou cá para discutir os números.-----

-----Usou da palavra o **Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT**, começando com o Mais Lezíria. Senhor Deputado João Lopes não teve cá nos últimos quatro anos não conheceu o nascimento do projeto mas convido-o a participar porque é um projeto de socialização das gentes da Lezíria, é transversal a todos os estratos etários. Posso dizer-lhe que é Intermunicipal. -----

-----Em cada um dos Municípios, no ensino básico, apuram-se os melhores meninos em várias provas, velocidade, lançamento de vortex, salto em comprimento, são escolhidos os melhores. Depois há uma festa. O único Município que vai rodando por todos com esses duzentos e tal meninos que foram apurados em termos de concelho. São feitas caminhadas Intermunicipais que juntam quinhentas e seiscentas pessoas dos vários Municípios. São feitas provas para deficientes. O Mais quer dizer, movimento, atividade, inclusão e saudável. Há várias provas tal como a petanca que é de grande fulgor em Almeirim, em Alpiarça e Muge. Desde BTT, sueca, etc.. -----

-----É um projeto que tem tido bastante aderência e tem milhares e milhares de participantes no âmbito da Lezíria. Para além de se promover uma prática de vida saudável também se promove a socialização das gentes da Lezíria. -----

-----A questão da formação só agora foi aprovada e portanto transfere-se o grosso da fatia para o ano que vem. Aqueles cinco mil euros são do projeto que está a acabar e a formação/ação também é do projeto que começou e vai acabar no ano que vem. -----

-----Relativamente às verbas não estarem na rubrica de formação essa verba é para os trabalhadores da CIM quando nós temos de pagar aos trabalhadores da CIM para irem ter formação a outro lado. Neste caso, nós organizamos a formação para dar formação aos Municípios. -----

-----Dizer o seguinte, quer no âmbito da Central de Compras há um grupo da Central de Compras em que todos os técnicos há um responsável por cada uma das Câmaras que vem para as reuniões da Central de Compras e diz quais são as pretensões de concursos que eventualmente querem que sejam



cel.
[Handwritten signature]
R

lançados no âmbito da Central de Compras que são analisados por todos. -----

----Nós aqui não obrigamos ninguém a dizer que só há concursos se forem os onze. Não. Há economias de escala até se só forem dois ou três.

----Portanto, daí que em alguns sítios alguns Municípios ou porque têm fidelizações ou porque já tinham lançado concurso não entram. Se me perguntam a tentativa é que quantos mais entrem melhor, sim e será esse o objetivo. -----

----O mesmo se passa na formação, todos os anos há um grupo temático relativamente à formação, é feito um levantamento com os recursos humanos de todas as Câmaras. Nós damos formação a todos os técnicos de todos os Municípios de acordo com o levantamento que é feito com os responsáveis técnicos. Temos formandos de Almeirim, formandos de Alpiarça, formandos de praticamente de todos os Municípios. -----

----Relativamente à candidatura dos Bombeiros, volto a referir que foi proposto pelo Ministério, nós acolhemos, tem uma comparticipação de oitenta e cinco por cento, sete e meio por cento do Ministério e sete e meio por cento da CIM, é para cinquenta por cento dos bombeiros efetivos que existem nos Municípios, quer sejam bombeiros municipais ou voluntários. Inclui as fardas, capacetes, botas e as cogulas. Os concorrentes dos capacetes do concurso responderam de acordo com o caderno de encargos que veio do Ministério da Administração Interna e do Comando Distrital. Relativamente aos fardamentos, às botas e à Cogula não respeitavam os requisitos técnicos necessários e portanto tivemos que anular esses três componentes. A CIM vai ter de fazer um protocolo com cada um dos Bombeiros para poderem receber o material que vai ser dados por nós. --

----Podemos fazer uma cerimónia pública das assinaturas do protocolo e dar visibilidade a este projeto. -----

----Relativamente aos Núcleos de Desenvolvimento Turístico, nós lançamos o concurso em vez de cada uma das Câmaras estar a fazer a delimitação das áreas de vocação turística para incluir nos respetivos PDM's. -----

----O Município de Benavente é dos Municípios da Lezíria que tem o PDM mais adiantado para efeitos de aprovação e já tinha o trabalho da delimitação Turística a setenta por cento. Acompanhou os trabalhos e até vai integrar o trabalho final, vai-nos dar a delimitação que procedeu aos restantes dez.

-----Relativamente à Lezíria Empreende, está aberta a rubrica porque nós no âmbito do Plano Territorial Integrado à aquela ideia de que a Lezíria deve ser fértil em iniciativas criadoras, em ações inovadoras e deve apostar no empreendedorismo. Há legislação que começa a dizer que as Comunidades Intermunicipais têm que agarrar este processo do empreendedorismo. Está aberta porque temos três ou quatro meses para discutir com os parceiros a questão do empreendedorismo,

cel.
[Handwritten signature]
10

quando chegar à integração de saldos porventura esta rubrica terá mais dinheiro inclusivamente mesmo prémios para dar às melhores ideias, ideias mais empreendedoras e mais inovadoras. -----

----Como deve calcular é um processo que não é fácil na medida em que a legislação diz que as Comunidades Intermunicipais devem agarrar a questão do empreendedorismo, mas se reparar na região há uma série de entidades que fazem projetos de empreendedorismo o Politécnico faz um projeto de empreendedorismo, depois dentro do Politécnico há mais duas ou três escolas que fazem projetos de empreendedorismo, o NERSANT faz projeto de empreendedorismo, a CIMLT vai fazer projetos de empreendedorismo, ou seja, não faz sentido. Temos de falar todos, uns com os outros. ----

----Na minha opinião deve haver um projeto de empreendedorismo para a região em que estas entidades têm de estar sentadas à mesma mesa, ter uma série de gavetas. Deve ter uma gaveta agroindustrial, gaveta da educação onde já entram os Senhores Vereadores da Educação dos Municípios, deve ter um responsável em cada um dos Municípios que divulgue e apoie as pessoas a apresentar candidaturas, deve ter uma gaveta para as empresas. -----

----Estamos nas fases da negociação. É difícil mas vamos trabalhar no sentido de haver um projeto de empreendedorismo. Vamos conseguir, não sei mas vamos trabalhar e fazer tudo para haver um projeto de empreendedorismo, daí a rubrica estar aberta, dando assim um sinal que queremos avançar. -----

----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, **Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, dizendo que fique registado em Ata na qualidade de Membro. A aprovação destas contas é sujeita a duas notas. Uma de que os processos englobados no Plano de Atividades, em que a Comunidade surge como intermediária de operações como o caso dos Bombeiros, ou o caso dos Planos de Proteção Civil de fornecimento de serviços municipais assente no princípio de boa-fé de que haverá o *Overbooking* dos Fundos Comunitários no quadro atual do controlo pelo Ministério das Finanças dos Fundos que deve ser uma operação feita com bom senso, o que eu acredito que é, que terá resultados controlados no futuro. -----

----A segunda é dizer que qualquer aprovação de processos de transformação de como por exemplo, os lixos, ou outros, para privatizações, isto é, do princípio, utilizador pagador devem ser matérias bem discutidas. -----

----Estas duas intervenções, tomadas de posição, tem a ver com matérias extremamente importantes, na minha opinião, e espero que tenham bons resultados. Em síntese, compete ao Estado fornecer serviços aos cidadãos, portanto o princípio de utilizador pagador deve ter algumas limitações tendo em consideração a experiência que tem resultado nomeadamente das Águas. -----

----Usou da palavra o **Senhor João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)** que disse pegando no seu



el.
H

encadeamento no tema que falou dizer apenas que, no caso da ResiUrb, que aqui foi falada hoje, a ResiUrb é um conjunto de Municípios que por sua vez tem a maioria do capital por sua vez de uma empresa Intermunicipal chamada EcoLezíria, que tem uma participação de privados e portanto o princípio de utilizador pagador já lá está há muito tempo, é isso que está por trás da maior parte dos aterros agora neste país, genericamente, aproveitou-se os Fundos Comunitários para uma boa parte de aterros, nunca se pensou em tratamento prévio sólidos/urbanos através de tratamentos mecânicos e biológicos em que a deposição em aterro em vez de ser de cem por cento do que chega, fosse na casa dos trinta por cento. -----

---Mas como não houve essa visão na maior parte dos casos há uma boa parte de aterros que tiveram custos muito superiores aquilo que seria o normal, não conseguiram transformar os resíduos sólidos/urbanos que recebem em algo que tivesse algum valor. Foram depositando nas células de aterro, muitas delas e muitos dos aterros começam a estar completamente cheios mas isso tem a ver com a própria gestão que os Municípios fizeram. -----

----O princípio de utilizador pagador numa boa parte deles já existe basta o que está por trás, depois para além de ser o que está por trás seja qual for o método o caso concreto, por exemplo, ResiUrb/EcoLezíria estão lá privados com quarenta e nove por cento. Portanto não estarão lá para perder dinheiro nem pelos lindos olhos de ninguém. -----

----Relativamente às contas no que toca à Formação eu penso que deu para perceber até por intervenções feitas por outros colegas de outras bancadas que seria um tema importante que passasse a ser indicado nem que seja pelo menos quando se fazem o relatório de atividades semestral ou anual indicar que formações é que houve por Município ou que tipo de formações é que houve. -----

----Concordando que é importante a formação da CIMLT mas a verdade é que formação da CIMLT, pelo menos para o Município de Almeirim, dá uma vírgula trinta e nove horas por trabalhador por ano parece-me claramente insuficiente. Se nós queremos ter recursos humanos que consigam produzir o máximo possível. Muito obrigado. -----

----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, quer falar das questões do *Overbooking* que eu naturalmente que não me passa pela cabeça, como é obvio, que com protocolos assinados estas questões nomeadamente daquilo que falamos que tem a ver com o MAI não possam ser aprovados. --

----Eu não acredito, haverá com certeza dinheiro nem que eles tenham de vir de outras áreas para cumprir estas matérias até porque a própria área já está assumido que tem vindo a ter reforços de verbas e portanto acho que esta também é um desígnio do Governo, obviamente é algo que vai acontecer, quanto a isso não tenho grandes dúvidas.



-----Deixar o Senhor Presidente desta Assembleia descansado, estou a falar como Presidente de Câmara, tudo o que tiver a ver com privatização deste tipo de serviços, estamos a falar claramente da questão dos lixos eu pessoalmente estou contra. Sempre fui noutras áreas aliás cheguei inclusivamente a defender nas Águas do Ribatejo que os Estatutos venham a ser alterados para impossibilitar mesmo a entrada de privados nessa empresa. -----

-----Dizer também ao Senhor Deputado João Lopes que infelizmente é a minha opinião pessoal, existem privados na EcoLezíria, que as questões das TMB's como é obvio não podem ser e ao contrario do que pretendem afirmar não podem ser em todos os aterros Uma TMB é uma coisa para custar para cima de vinte milhões a sua rentabilização implica muitos Municípios e eu tenho a certeza que depois ... se nós tivéssemos uma TMB no aterro da Raposa, no Concelho de Almeirim, o Senhor depois na Assembleia Municipal ia-me questionar porque é que eu ando a recolher lixos de outros sítios para poder colocar a funcionar a TMB, porque como é obvio não é possível e nós vamos ter de nos habituar a isto porque não é possível cada um querer ter tudo. É impossível. Não há dinheiro. Já houve, se calhar em tempos agora não há. É bom que toda a gente perceba isso. Este é um assunto que terá desenvolvimentos num futuro próximo. -----

-----Usou da palavra o **Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT**, para dizer que tenho de ter mais atenção porque não tinha percebido os três mil euros e depois há o trocadilho da formação com o Mais Lezíria. A Formação custa duzentos mil euros e o Mais Lezíria custa vinte e oito mil e quinhentos euros se somarmos as rubricas todas. O material desportivo é que custa três mil euros que é o material que a CIM dá às Câmaras para poderem realizar as provas porque depois há os seguros para todos os participantes, quer para os miúdos quer para os graúdos. A história do trocadilho da Formação com o Mais Lezíria é só um erro muito grande. Saliento ainda que o Mais Lezíria fica a custo zero ou quase zero porque grande parte do material é financiado pelo Fundo Europeu e depois obtém-se patrocínios nacionais para a contrapartida nacional. -----

-----A candidatura foi feita para dois mil e catorze e dois mil e quinze mas essa nós temos a garantia que é aprovada porque é aquela que nos atribui verbas para nos gerirmos Fundos Comunitários com os respetivos Municípios. -----

-----Usou da palavra o **Senhor João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)** referindo que entretanto já reparou no lapso e realmente são vinte e oito mil e quinhentos euros para o Mais Lezíria e os três mil euros é para o material desportivo. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, e submeteu à votação o ponto quatro. **Apreciação e votação de proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e catorze.** -



Handwritten signature and initials in red ink.

-----O ponto quatro foi APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

-----Dando assim por encerrada a discussão relativamente ao ponto quatro, mencionando que estavam abertas as inscrições relativamente ao ponto cinco. **Apreciação e votação de proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista em Grandes Opções do Plano de dois mil e catorze/ dois mil e dezasseis.** -----

-----Após terem sido feitas as inscrições para o uso da palavra junto da Mesa da Assembleia Intermunicipal, usou da palavra o **Senhor Pedro Nuno Simões Pereira (PS)** dizendo que faz a sua declaração e voto, por escrito, com o seguinte teor: *"Compreendo as razões e necessidades que o Conselho Intermunicipal sente na gestão corrente e percebo que a lei dos compromissos tenha causado limitações que necessitam de ser ultrapassadas. No entanto, tenho reservas relativamente à legislação e sua interpretação no que toca às responsabilidades dos eleitos da Assembleia Intermunicipal em aprovar os compromissos plurianuais e respetivas despesas por vários anos de uma só vez. Tendo em conta que irei assumir a mesma posição na Assembleia Municipal de Benavente, em coerência, decido obter-me na votação. Considero que a Assembleia Intermunicipal deveria ter mais sessões para apreciar e aprovar despesas e compromissos plurianuais.* -----

Esta matéria está prevista em Lei e ainda que não seja especialista em Direito, tive aconselhamento jurídico e destaco o artigo 11.º, n.º 1 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro que diz "os dirigentes, gestores ou responsáveis pela contabilidade que assumam compromissos em violação do previsto na presente lei incorrem em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória, nos termos da lei em vigor. -----

Destaco ainda o artigo 13.º da Lei supra referida que diz "o disposto nos artigos 3.º a 9.º e 11.º da presente lei tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas legais ou convencionais, especiais ou excecionais que disponham em sentido contrário". -----

-----Usou da palavra o **Senhor Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)** que crê que há aqui alguma confusão é que esta questão decorre do Lei dos compromissos, como creio que é conhecida. Esta exigência, neste momento, me parece que transporta para a Assembleia uma capacidade de fiscalização maior do que existia anteriormente é que estas coisas são da competência dos executivos, se não fosse esta obrigação não vinha sequer á Assembleia. -----

-----Eu creio que o problema aqui de fato é agilizar a gestão corrente e creio que não há qualquer problema em que se aprove aqui aquilo que está a ser pedido pelo Executivo, no fundo. Que é aprovar a possibilidade daquilo que tiver naturalmente orçamentado para este limite temporal seja possível fazê-lo sem este constrangimento ter que vir cada momento à Assembleia Intermunicipal. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da**

el.
[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, quer esclarecer uma coisa rápido. Penso que todas as Assembleias Municipais destes onze Municípios já aprovaram ou tendem a aprovar este tipo de autorização não se trata mais nem menos do que facilitar. -----

-----Se esta Assembleia reunisse de quinze em quinze dias ou de semana a semana não era problema nenhum isto não era uma semana que atrasava os processos mas penso que vão haver duas reuniões por ano, portanto inviabilizará naturalmente que muitas das vezes as coisas pudessem andar. Além disso, para deixar todos os Senhores Deputados descansados, que aprovaram ainda por cima por unanimidade o que nos honra bastante o Plano e Orçamento além disso, salvo raríssimas exceções que eu nunca participei em nenhuma mas admito que tenham acontecido aquilo que é aprovado no Concelho é por unanimidade e existem forças políticas. Mais clarinho acho que é difícil. Isto é apenas e só agilizar aquilo que tem de ser agilizado e como foi dito antigamente nem tinha de vir à Assembleia Intermunicipal. -----

-----A Lei incluiu essa obrigatoriedade sendo que muitas das vezes existem matérias que sendo plurianuais facilita a contratação e diminui custos porque há contratos e outras coisas que sendo anuais têm um custo e sendo plurianuais têm outro custo. -----

-----Usou da palavra o **Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT**, que diz que ninguém está a violar a Lei dos compromissos o saldo disponível da Comunidade Intermunicipal face à Lei dos compromissos anda na ordem de um milhão e cem euros. -----

-----O que nós estamos a dizer é, por exemplo, temos o Ribatejo Digital abre o acordo de parceria o programa operacional do Alentejo começa a funcionar eu estou em condições de lançar o projeto Ribatejo Digital só que esse projeto vai ser plurianual e consta do Plano. Eu para fazer a candidatura tinha que reunir a Assembleia. A assunção é, todos os projetos que estão no Plano e Orçamento como plurianuais esta Assembleia diz escusam de vir cá porque já estão no Plano e Orçamento.

-----Agora se a Comunidade for lançar um projeto que não estava previsto no Plano e Orçamento tem de fazer uma revisão, tem de chamar a Assembleia para o poder votar. Isto é só para os projetos que constam e que estão aí inscritos como plurianuais. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, que submeteu à votação o ponto cinco. **Apreciação e votação de proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista em Grandes Opções do Plano de dois mil e catorze/ dois mil e dezasseis.**-----

O ponto cinco foi APROVADO POR MAIORIA, com a seguinte votação:

-----VOTOS A FAVOR: 36; -----

-----VOTOS CONTRA: 0; -----



-----ABSTENÇÕES: 1.-----

-----Usou da declaração de voto o Senhor João Miguel Gonçalves Lopes (PSD) apenas quer referir que pelo espírito da Lei não é o mais correto mas atendendo à natureza do órgão, aos prazos exigidos e à componente do próprio órgão executivo votei favoravelmente. Digo isto porque em Almeirim eu não sou favorável. Muito obrigado.-----

-----Dando assim por encerrada a discussão relativamente ao ponto cinco, mencionando que relativamente ao ponto seis. **Eleição do Secretário Executivo Municipal**, tem quarenta boletins de voto que sobrarão quatro boletins. Procedeu à abertura do envelope pela parte lacrada e a proposta seja para Primeiro Secretário o António Manuel de Carvalho Torres. Os boletins foram distribuídos pelos Senhores Deputados da Assembleia Intermunicipal. -----

O ponto seis foi APROVADO UNANIMIDADE. -----

-----Usou da palavra o Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, dizendo que é apenas uma pequena intervenção. O Dr. António Torres já faz parte desta casa há dezanove anos tem sido o rosto desta Comunidade Intermunicipal e aquilo que era importante, tal como aconteceu no Orçamento, também aqui pudesse ser aprovado por unanimidade. Como sabem a Lei permite até ter três pessoas, os Presidentes entenderam por unanimidade que no Secretariado bastava uma. Foi consensual e portanto acho que era importante por tudo aquilo que tem acontecido ao longo destes anos e se a Comunidade Intermunicipal da Lezíria tem sido aquilo que é é obviamente a unanimidade dos Presidentes é importante mas o trabalho que o Dr. António Torres também muito importante. Isto também é um sinal para a região mas sobretudo para o país que esta Comunidade Intermunicipal tem sido diferente e isso é de realçar. -----

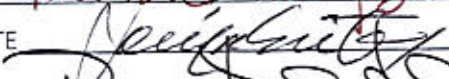
-----As deliberações constantes desta ata foram aprovadas, em minuta, para efeitos de exequoriedade imediata. -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal. --

O PRESIDENTE



O VICE PRESIDENTE



O SECRETÁRIO

